

Déficit democrático e política eleitoral da desinformação

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo argumenta sobre a relação indissociável entre propagação de notícias falsas, difamação e ódio político, circunstâncias acentuadas em sociedades com déficit democrático, no qual as instituições republicanas se encontram ameaçadas por mobilizações autoritárias, muitas vezes no próprio establishment, o que é ainda mais grave e perigoso para o bem-estar da sociedade em sua totalidade.

Palavras-chave: Verdade; Mentira; Democracia; Ódio; Processo Eleitoral.

Democratic deficit and electoral policy of misinformation

Abstract:

The article argues about the inseparable relationship between the spread of fake news, defamation and political hatred, marked circumstances in societies with a democratic deficit, in which republican institutions are threatened by authoritarian mobilizations, often in the establishment itself, which is even more serious and dangerous to the welfare of society in its entirety.

Key words: True; Lie; Democracy; Hate; Electoral Process.



* RENATO NUNES BITTENCOURT é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Coordenador do Curso de Administração da FACC-UFRJ.

Por “verdade”, entendo um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos do poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” da verdade.}
(FOUCAULT, 2004, p. 14).



Na era do déficit democrático e o inerente recrudescimento das narrativas autoritárias, o processo eleitoral se torna uma grande experiência coletiva de ódio, violência, difamação e degradação das instituições republicanas. A deliberação é suprimida pela lógica da inimizade e a criminalização do adversário político. A truculência se torna o mecanismo de imposição da vontade partidária perante a qual todos devem se submeter. Tanto pior, usualmente as configurações reacionárias da política também se utilizam de técnicas sutis para macular a imagem pública de candidatos através de difusão de mensagens falsas, de mentiras, que impactam inevitavelmente na formação da opinião pública. Contudo, para abordarmos a questão da mentira, precisamos, inevitavelmente, abordar o seu contrário, a verdade.

A verdade não é apenas uma questão de caráter ético-moral e epistemológico, mas também político. Com efeito, espera-se que cada figura política sempre se comprometa em dizer a verdade e agir conforme seus dignos parâmetros. Porém, antes de avançarmos nesse debate

fundamental para a solidez das nossas organizações democráticas, precisamos tentar definir o que é a “verdade”, um dos conceitos mais discutidos ao longo da história das ideias pela humanidade. Trata-se de um exercício sumário, mas que é imprescindível para uma melhor argumentação posterior. Nessas condições, não pretendemos esmiuçar as inúmeras concepções acerca da verdade, se ela existe ou não, se ela é relativa ou universal, se ela pode ser conhecida ou não.¹ Façamos uso da definição comum de verdade: verdade é o que está de acordo com os fatos ou a realidade. São Tomás de Aquino diz que “a verdade do

¹ A reflexão nietzschiana é sempre pertinente: “O que é, pois, a verdade? Um exército móvel multiplicidade de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e adornadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esquece que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível, moedas que perderam seu toque e agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas” (NIETZSCHE, 2007, p. 36-37).

intelecto consiste na adequação deste intelecto e da coisa, conforme o intelecto diz que existe o que é ou não existe o que não é” (SÃO TOMÁS DE AQUINO, **Suma Teológica**, I, Questão 16, Artigo 5). A enunciação da verdade revela aspectos da realidade e assim permite melhor compreensão e apreensão do mundo circundante.

A busca pela verdade discursiva é originada por uma necessidade humana de obtenção de conforto ontológico perante a instabilidade de uma realidade em processo contínuo de transformação. A associação entre verdade e identidade fixa, imutável, é uma tentativa de consolo existencial do sujeito perante as transformações constantes da vida e do fim das suas certezas adquiridas, sempre fluidas. Conforme enunciado por Nietzsche,

Num sentido semelhantemente limitado, o homem também quer apenas a verdade. Ele quer as conseqüências agradáveis da verdade, que conservam a vida; frente ao puro conhecimento sem conseqüências ele é indiferente, frente às verdades possivelmente prejudiciais e destruidoras ele se indispõe com hostilidade, inclusive. E mais até: como ficam aquelas convenções da linguagem? São talvez produtos do conhecimento, do sentido da verdade: as designações e as coisas se recobrem? Então a linguagem é a expressão adequada a todas as realidades? Apenas por esquecimento pode o homem alguma vez chegar a imaginar que detém uma verdade no grau ora mencionado (NIETZSCHE, 2007, p. 30).

Voltemos ao foco original do presente texto: a relação entre verdade e política. Em período eleitoral, a questão se torna ainda mais ardente, pois, apesar da grande midiaticização social sob a qual vivemos,

estamos submetidos a um complexo processo de desinformação, o que prejudica nossas escolhas, avaliações e tomadas de decisões acerca das questões concretas da vida. Uma mentira proferida despidamente nos meios de comunicação e/ou nas redes sociais dissolve reputações, prejudica projetos viáveis e promove o obscurantismo entre as massas, dissolvendo inclusive as bases democráticas da esfera pública. Guerras já foram iniciadas por mentiras propaladas estrategicamente por ardilosas lideranças governamentais, para malgrado daqueles que defenderam as cores da pátria no front, enquanto os mandatários políticos ditavam suas estratégias bélicas em confortáveis gabinetes burocráticos. Quando a mentira se torna o *modus operandi* de partidos políticos, candidatos e mesmo membros do legislativo e do executivo, tanto pior para a saúde da democracia. Aliás, muitas proeminências políticas mascaram suas ações descompromissadas com a verdade através do suporte moralista da religiosidade. Lutamos pela efetivação de uma política secularizada, laica, mas as tradições fundamentalistas de nossa sociedade marcam consideravelmente o imaginário coletivo, e isso volta e meia apresenta o seu caráter problemático com interferências ideológicas na agenda política.

A crítica ao falseamento epistemológico promovido pelos meios de comunicação desprovidos de critérios de validação discursiva transcende as questões de ordem do conhecimento, associando-se, acima de tudo, aos problemas éticos e políticos da alienação intelectual proporcionada pela adesão muitas vezes incondicional dos consumidores de informações ao crivo midiático. Tal situação somente reforça a tese de que o exercício comunicacional é um ato social

de grande seriedade que deve ser regulado por poderes sociopolíticos e agentes cidadãos comprometidos com o desenvolvimento democrático da esfera pública. A desmistificação do ofício jornalístico é assim uma tarefa fundamental no processo de constituição democrática da dita sociedade de informação, pois assim a esfera pública pode compreender de maneira justa e conveniente os dispositivos técnicos utilizados pelos comunicadores profissionais em seus afazeres cotidianos e o quanto eles se utilizam de dispositivos ideológicos na produção social dos seus discursos

O espírito reacionário não hesita em desestabilizar instituições democráticas e cancelar o autoritarismo de regimes necrófilos. Tanto pior, essa escória política é capaz inclusive de modificar a sua própria história social para que o povo acredite no seu compromisso com a liberdade e com o progresso material da população, quando em verdade é o obscurantismo e a histeria coletiva os elementos que promovem a sua ascensão eleitoral. A configuração da história real se transforma, assim, numa grande fabulação que engana acólitos fiéis moralistas, e ignorantes acreditam em palavras de ordem que prometem poder, sucesso e crescimento pessoal. A organização da vida civilizada associa usualmente o poder político ao discurso detentor da verdade, impondo de forma moralista o seu pronunciamento social como a voz que conduz o povo rumo ao “bem” maior.

Graças ao advento da Cibercultura, os processos comunicacionais se tornaram cada vez mais dinâmicos, descentralizados, acelerados e mesmo mais razoavelmente “democráticos”, pois cada emissor, desde que dotado dos meios técnicos convenientes, pode divulgar suas

ideias pela Internet sem depender da gerência de um poder discursivo normativo, possibilitando-se assim trocas comunicacionais multilaterais. Para Pierre Lévy, “O uso socialmente mais rico da informática comunicacional consiste, sem dúvida, em fornecer aos grupos humanos os meios de reunir suas forças mentais para constituir coletivos inteligentes e dar vida a uma democracia em tempo real” (LÉVY, 2003, p. 62).

Contudo, o outro lado da moeda se revela na ausência de um poder fiscalizador mais efetivo, ou seja, não há um filtro imediato que impeça a difusão de mensagens de ódio e discursos inverídicos que atentam contra a dignidade humana de terceiros. As grandes campanhas políticas do processo eleitoral cada vez mais migram dos formatos analógicos usuais para as redes sociais e aplicativos, circunstância que evidencia a vertiginosa virtualização de nosso sistema comunicacional, exigindo novas avaliações, novas técnicas de fiscalização e novos códigos de conduta em prol da manutenção de boas relações entre os concorrentes e eleitores. Acima de tudo o bom senso, a cordialidade e a respeitabilidade são as condições básicas para a institucionalidade das eleições, fundamentais para a vitalidade política de uma sociedade democrática.

O grande debate da virtualização política reside na normalização das Fake News, a praga por excelência na Internet e demais meios comunicacionais. A difusão das Fake News não é apenas um evento casual, mas um *modus operandi* crucial para a consolidação do obscurantismo político característico dos segmentos reacionários da nossa sociedade. Constatamos assim a profissionalização desse tipo de emissão caluniosa, aumentando ainda mais o índice de desinformação geral da coletividade

social, muitas vezes incapaz de conhecer plenamente a verdade dos fatos e suas nuances. Quais interesses escusos estão incrustados em uma campanha eleitoral de um partido político que faz da propagação das mentiras difamatórias de reputações a sua técnica de adesão por excelência? Precisamos questionar sempre essa tendência infame e degradante. Percebemos a íntima relação entre as disposições autoritárias e a produção orquestrada de Fake News, pois a liderança antidemocrática visa confundir a sociedade, impedi-la de conhecer a verdade dos acontecimentos e os conteúdos fidedignos acerca de pessoas, programas políticos e ideias. Faz-se da distorção informativa a estratégia política para melhor conduzir a população ao regime de dominação ideológica e moral, tal como um rebanho que caminha para o abismo acreditando marchar para sua própria liberdade. Afinal, as lideranças autoritárias não pretendem governar de maneira transparente, deliberativa e participativa, mas hierárquica, verticalizada e afastada das demandas sociais, ainda que transmitam demagogicamente um falso comprometimento com os interesses do povo: “O fascista age em nome da realização do desejo da audiência enquanto, ao mesmo tempo, o manipula. O discurso fascista é, sobretudo, um discurso publicitário que visa um receptor despreparado e embrutecido” (CASARA, 2018, p. 142).

Da institucionalização da Fake News ao ódio absoluto temos uma linha contínua, pois a produção política da mentira visa estabelecer no eleitorado fiel uma visão do oponente como o inimigo que deve ser não apenas silenciado, mas eliminado. Esse processo difamatório visa associar ao concorrente político o estigma de persona mancomunada com as práticas de

corrupção, como o destruidor da estrutura familiar, da ordem social, do mercado de trabalho e da segurança pública. Por conseguinte, destruir a reputação do oponente é apenas um procedimento inserido no grande projeto autoritário de negação da vida política, inclusive através de práticas atentatórias contra a integridade física dos candidatos rivais, concretizando a militarização total da política, graças aos atos criminosos de milícias e outras organizações mafiosas. A realidade concreta nos dá provas cabais desses procedimentos sub-reptícios que solapam nossas organizações republicanas e estagnam nossa evolução civilizacional.

Inegavelmente estamos em um momento grave de contestação da viabilidade da democracia como melhor forma de governança e clama-se inclusive pelo estúpido “direito de não ter direitos”, uma genuína servidão voluntária atualizada na qual a ticanhez política clama por um regime de exceção arbitrário e violento que suprime toda forma de contestação ao seu poder produtor de morte. Dessa maneira a experiência agonística da política, que pressupõe o reconhecimento da dignidade do rival, é descartada pela apologia da destruição real do inimigo. Segundo Achille Mbembe,

Decididamente, a época privilegia a separação, os movimentos de ódio, de hostilidade e, sobretudo, a luta contra o inimigo, e tudo isto é consequência daquilo que, num vasto processo de inversão, as democracias liberais, já amplamente branqueadas pelas forças do capital, da tecnologia e do militarismo, aspiraram (MBEMBE, 2017, p. 72).

Em sociedades desprovidas de substancialidade democrática, o uso da força bruta para eliminar o oponente é naturalizado como expressão da heroica

vontade política de estabelecer mudanças radicais na esfera pública, talvez para estabelecer outras práticas atentatórias contra o bem comum, mediante acordos clientelistas e aparelhamento das instituições. Pós-Democracia e Pós-Verdade são aspectos tenebrosos de uma mesma conjuntura política que mescla desinformação e ódio. Nesse contexto, a própria experiência da verdade é flexibilizada e perde sua substancialidade através da noção de “fatos alternativos” ou “versões alternativas”, que não são meras perspectivas acerca de um acontecimento, mas narrativas falaciosas que pretendem anular toda possibilidade intelectual de certeza acerca de um fato, apesar de todas as evidências claras e cristalinas. Com efeito, um mesmo fenômeno pode ser interpretado e avaliado de formas distintas, sem que cada uma dessas interpretações e avaliações se excluam. Todavia, o que ocorre na degradação democrática é bastante diferente, mesmo com as provas mais concretas da efetividade de um fato, mesmo com a apresentação dos dados mais objetivos sobre uma questão, descarta-se, em um ato de ignomínia moral, a credibilidade nesses fatos, pois não correspondem ao que é esperado por aquele que insiste em perceber a realidade conforme seu critério autocentrado de certeza e de verdade. A mente cativa parte de um pressuposto cristalizado e não aceita que nenhum discurso conteste seus pressupostos preestabelecidos.

O salutar debate de ideias que enriquece o processo eleitoral e permite a difusão de projetos para que possamos melhor escolher entre as alternativas que imputamos como as mais pertinentes para a gestão política de nossa sociedade é assim retirado de cena. Ora, um dos fundamentos da política reside no debate entre propostas antagônicas, e desde que

elas se adequem aos princípios constitucionais elas são legítimas. Quando difamamos a persona pública de um candidato, impedimos a compreensão concreta das suas ideias e assim desviamos o interesse maior do mundo político, do qual todos nós, inevitavelmente, fazemos parte. Essas táticas de desinformação deliberada se tornam ainda mais perigosas para a estabilidade social quando os mandatários se utilizam das técnicas de “cortina de fumaça” para que consigam desviar a atenção da população para os problemas mais urgentes que estão no cerne da estrutura social.

Outro ponto que devemos também abordar reside no grau de ignorância coletiva da sociedade informatizada. Apesar de todo o nosso avanço civilizacional, apesar de todo nosso razoável letramento e progresso cultural, apesar de nossa apregoada globalização comunicacional, ainda apresentamos traços arcaicos de reacionarismo anti-intelectual, que se pauta não só pela tentativa de cercear e sabotar a fala de outrem, o pensamento crítico e o debate interpessoal, mas acima de tudo pela orgulhoso contentamento com a própria ignorância. Com efeito, temos pessoas ignorantes que desconhecem a própria ignorância, temos pessoas ignorantes que se reconhecem como tal mas que buscam sair desse estado através do estudo, da reflexão, da investigação sobre os fatos, mas também temos pessoas conscientes de sua própria ignorância que se regozijam por isso e se esforçam para promover ignorância ao redor, fazendo do obscurantismo o ideal máximo de vida social. Quiçá podemos até mesmo afirmar que estamos em uma era anti-iluminista, o que denuncia a grande crise da Modernidade e seus elementos constituintes, pois os grupelhos niilistas

desejam o retorno forçado para a barbárie social e a ratificação da miserabilidade intelectual.

Há mentiras divulgadas no grande Universo Internet que são absurdas, fantasiosas, implausíveis e contrárias ao espírito da lógica e da coerência. No entanto, mesmo assim inúmeras pessoas aderem docilmente à tais enunciados, acreditando piamente nesses discursos inverídicos. Trata-se assim da renúncia consentida à razão. Por isso é tão difícil vencermos as malhas da ignorância, pois para conhecer é imprescindível disciplina, esforço, interesse, autonomia. Conhecer exige capacidade de vencermos a preguiça mental de aceitarmos todo tipo de informação ou enunciado de maneira acrítica. Para permanecermos na ignorância voluntária, por sua vez, não é necessário nenhum esforço. Basta manter a mente em estado de passividade intelectual e receber informações difusas sem qualquer tentativa de discerni-las entre o que é verdadeiro ou falso.

Em tempos de negacionismo científico e delirantes teorias conspiratórias dignas das obras ficcionais mais extravagantes, um razoável ceticismo sempre é prudente em nossas análises informacionais para que possamos assim agir com mais precisão na vida cotidiana. Não é pelo fato de que uma mensagem espúria é difundida em um aplicativo que ela é verdadeira. Aliás, talvez a verdade sequer esteja presente nos aplicativos que tanto adoramos. Como não podemos nós mesmos buscar todas as informações necessárias para um razoável posicionamento sociopolítico, depositávamos usualmente toda confiança nos meios de comunicação, nos jornalistas, os “sacerdotes da verdade”. Nem sempre os profissionais da informação enunciam discursos

verdadeiros, gerando-nos perda de confiança em pessoas socialmente tão respeitáveis. Damos mais valor para as mensagens que circulam na Internet do que nas emissões oficiais dos meios de comunicação, elas mesmas muitas vezes desprovidas de isenção ou epistemologicamente imprecisas. Em ambos os casos corremos sérios riscos de sermos desinformados e enganados, ocasionando escolhas ruins que não são facilmente contornáveis quando enfim nos arrependemos por nossa falta de perspicácia na detecção dos problemas políticos que nos concernem. Por isso precisamos valorizar o senso crítico e o bom senso, disposições que nos auxiliam não só na boa condução da vida, mas também na análise das contradições da realidade circundante.

Referências

- CASARA, Rubens R. R. **Sociedade sem Lei: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder” In: **Microfísica do Poder**. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004, p. 1-14.
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Trad. de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2003.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral**, Trad. de Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007.
- SÃO TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Trad. Coord. por Carlos Josaphat Pinto de Oliveira. São Paulo: Loyola, 2002.

Recebido em 2020-11-12

Publicado em 2020-11-13